



Justiça Federal suspende contratações temporárias no IBAMA após ação da ASCEMA Nacional

A Justiça Federal concedeu decisão favorável à ASCEMA Nacional na Ação Civil Pública movida contra o IBAMA, suspendendo contratações temporárias para o órgão. Em decisão proferida no dia 18 de março de 2026, a 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal determinou a suspensão imediata das contratações previstas no Edital Conjunto nº 1/2025 IBAMA/INCRA, no que se refere às vagas destinadas ao IBAMA.

A ação questiona a contratação de 40 profissionais temporários para atuar na Diretoria de Licenciamento Ambiental (DILIC). Para a ASCEMA Nacional, essas funções fazem parte das atribuições dos servidores de carreira e não podem ser exercidas por vínculos temporários. Ao analisar o caso, o juiz reconheceu que há indícios consistentes de irregularidade e destacou que as atividades previstas no edital estão diretamente ligadas ao processo de licenciamento ambiental, sendo caracterizadas como “atividade típica de Estado”.

A decisão também aponta que o uso desse tipo de contratação, nesse contexto, pode representar uma forma inadequada de suprir necessidades permanentes do órgão, em desacordo com a regra do concurso público. Outro ponto relevante considerado foi a existência de concurso recente e a existência de candidatos aptos à nomeação aguardando ser chamados, o que reforça a necessidade de priorizar o provimento de cargos efetivos.

Além disso, o magistrado destacou que as funções previstas para os temporários coincidem com aquelas já exercidas historicamente por servidores da carreira ambiental, o que evidencia possível desvio de finalidade na medida adotada. Com isso, a Justiça entendeu que a suspensão das contratações é necessária para evitar a consolidação de uma situação que pode contrariar a Constituição.

A ASCEMA Nacional celebra a decisão, que representa resistência na defesa do serviço público, do meio ambiente e das atribuições da carreira de Especialista em Meio Ambiente. A entidade seguirá acompanhando o caso e atuando para garantir o respeito às normas constitucionais e a valorização dos servidores públicos.

Destaca-se que a vitória reforça a importância da atuação permanente da ASCEMA Nacional, marcando presença em todos os espaços de decisão e de debate público. Ao mesmo tempo em que conta com assessoria jurídica para enfrentar medidas ilegais, atua como um observatório ativo, acompanhando e

denunciando retrocessos, dialogando com o Legislativo, participando de espaços como mesas de negociação no Executivo e acionando o Judiciário sempre que necessário. A isso soma-se o processo de pressionar os poderes públicos, seja com ações na mídia denunciando retrocessos, fortalecendo o debate com a sociedade, participando de mobilizações nas ruas, cumprindo um papel essencial na defesa das atribuições da carreira ambiental e do interesse público.

Brasília, 19/03/2026

ASCEMA Nacional